

**Resenha do livro:**

CEVASCO, Maria Eliza. **As Dez Lições Sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

**Resenha por:** Bruno Adriano R. da Silva<sup>1</sup>

Nesta obra a autora nos propõe uma viagem sobre a construção histórica dos estudos culturais, originários da crítica a uma concepção doutrinária do conceito de cultura. Apontado enquanto uma disciplina que traria à tona a marginalidade dos “*de baixo*” os estudos culturais emergem de uma conjuntura ligada a tradicional crítica estruturante da esquerda e do conservadorismo da sociologia inglesa postulados, como um “espectro” que traria para o debate uma diferenciada forma de se conceber a crítica cultural. Oriundo de debates realizados no seio da classe trabalhadora, através da WEA (Worker’s Educational Association), os estudos culturais, na figura de E. P. Thompson, Richard Hoggart e Raymond Williams, apresentam um entendimento que transcende as discussões até então travadas no interior da crítica cultural, para eles a diferenciação se dava justamente no ato de se questionar as formulações existentes sobre o papel da cultura no âmbito da sociedade moderna. Apontavam que esta dimensão da vida seria um privilegiado palco de disputas e tensões e mais, de afirmação dos valores e significados existentes na produção dos trabalhadores. Assim questionavam os valores de definição da alta cultura e questionavam o paradoxo existente entre civilização e cultura.

Por toda essa dimensão política existente na história de formação dos estudos culturais, Maria Eliza Cevasco, de modo bastante didático, nos coloca diante desta disciplina a partir de *dez lições* básicas, dez apontamentos sobre a origem, o desenvolvimento e os atuais embates travados no âmbito desta disciplina, desde sua aparição em meados do século passado na Inglaterra, passando pela sua migração para os Estados Unidos e chegando a sua relação com o Brasil.

Na primeira *lição* o apontamento inicial, que nos é apresentado é o do sentido histórico do conceito de cultura. Muito diferente do que até então era propagado pela crítica cultural inglesa, a autora nos demonstra como ao longo da criação dos estudos culturais esse preceito metodológico é introduzido no interior do debate. Tendo como marco a obra de Raymond Williams “*Culture and Society, 1780 – 1950*” os estudos culturais marcam um novo entendimento para a expressão cultura e sociedade, agora não mais encapsulada por uma compreensão mecânica desta relação, mas sim apresentada por um olhar que privilegia as modificações ocorridas no modo de produção, uma nova ordem do sistema capitalista no séc. XVIII na Inglaterra. Williams critica a compreensão conservadora de se olhar à cultura sob as lentes da humanização, da cultura enquanto apreensão somente de modos de vida, de valores, entendida como um “cimento social”. Vai nos dizer, ao contrário que este campo é um privilegiado espaço de compreensão crítica da sociedade, de questionamento sobre o papel da alta cultura, de quem a produz, e nesse caminho vai nos propor uma *cultura em comum*. Um entendimento que mais do que valorizar a produção do homem traz a tona à diferenciação hierárquica presente no interior do modo de produção capitalista expondo uma concepção materialista da cultura nos dizendo que a definição de cultura passa por entendimento histórico do modo de produção.

Posteriormente, na segunda *lição* a autora busca investigar as formas críticas de interpretação da literatura inglesa que embalsamaram a configuração dos estudos culturais. Ainda carente de uma profundidade metodológica onde as bases da crítica estivessem explícitas, os apontamentos trazidos por F. R. Leavis, crítico literário e oriundo da classe

baixa inglesa, começam a apontar um papel *militante* para a literatura trazendo mais sobre a expressão dos problemas sociais ingleses do que somente sobre apreensão da elite. Ou seja, uma linguagem crítica da realidade do mundo inglês capitalista através da literatura, algo que posteriormente configurou-se como o preceito central dos estudos culturais, algo além da manutenção do *status quo*.

Na terceira lição torna-se mais evidente a guinada apontada pela tradição dos estudos culturais. Confrontam-se duas categorias formuladoras do entendimento de cultura, a Cultura de Minoria – tradicional da formação cultural inglesa – e a cultura em comum – opositora de uma visão elitista de cultura. Nessa composição os apontamentos são datados a partir das modificações existentes no modo de produção. Williams nos diz, em contrapartida a visão redentora da cultura de minoria onde poucos detêm a “*Luz*” e precisam iluminar os desprovidos, que sua proposição de uma cultura em comum passa pela compreensão da produção humana, de uma forma de vida, da organização social, o que necessariamente a coloca sob o caráter que perpassa toda a formação social, a economia e a política. Nesse caso compreende-se a cultura enquanto uma “*frente de batalhas*” capaz não somente de expor as contradições entre classes, mas também de superá-la.

Nesse sentido, a autora nos coloca diante das bases de formação dos estudos culturais encaminhando que diante da produção existente no âmbito da cultura, e por todos os fatores acima citados, caberia a essa disciplina levar adiante as contribuições deixadas por Marx e Engels. Fazendo-se valer do Prefácio da “Contribuição da Crítica da Economia Política” a autora nos diz que os formuladores dos estudos culturais apontam que a cultura compreendida no âmago da produção humana, seguindo o desenvolvimento do modo de produção em seu aspecto globalizado, passa a fazer parte do ideário das lutas sociais. Assim aponta, que no processo educativo, tanto quanto os aspectos econômicos e políticos, a ilustração das contradições, da diferenciação dos interesses de classe, passa a ser o motor que colocaria o plano cultural na ordem do dia, ou seja, a produção dos homens no campo artístico enquanto produto de uma formação sócio-histórica. Um privilegiado espaço de atuação, de ilustração e de apropriação para a classe trabalhadora decorrendo daí o potencial cognitivo presente nos estudos culturais. Para tal, os estudos culturais, mesmo que de forma imprecisa segundo Stuart Hall (*In Cevalco, 2003*) levando-se em consideração à realidade multifacetada do pós-guerra, coloca-se no papel de uma vanguarda de constituição direta de intelectuais orgânicos a classe trabalhadora que pudessem dar vida às ilustrações do cotidiano, tendo em vista o distanciamento existente entre a produção acadêmica e a realidade concreta direcionando assim, os estudos da disciplina para a emergência dos movimentos sociais em tempos de refluxo da organização dos trabalhadores na Inglaterra durante o século passado.

Na quinta lição, apontando as influências do balanço político europeu do pós-guerra sobre os estudos culturais, a autora nos demonstra como a organização da “*nova esquerda*” inglesa trouxe para o centro do debate a emergência da cultura. Cita-se o aumento significativo do acesso ao ensino superior como fermento na formação cultural do marxismo ocidental, mas lembra-se também que diante da produção marxista, marcada pela linearidade do economicismo, o entendimento do “ser social” é separado da “determinação da consciência” o que de certa forma advoga a recusa da cultura enquanto plano estratégico das lutas sociais. A esses intelectuais, vanguarda de um entendimento mais abrangente do marxismo não era possível um afastamento do ideário tradicional das formas de lutas, mas sim uma aproximação da dimensão cultural enquanto espaço de propaganda e permanentemente ligado a instâncias políticas da sociedade.

Para isso Williams trabalha nessa proximidade com o que ele conceitua de *materialismo cultural*, uma aproximação incontestada entre a dimensão cultural e a dimensão econômica, uma forma de fazer avançar, como ele mesmo nos diz o legado de Marx. Para ele o entendimento de que somente fazemos história sob as condições que nos são deixadas reabre o debate sobre a natureza da produção humana, o que nesse sentido sob uma interpretação somente abrangente das “condições herdadas” inviabiliza a vontade da produção material, da produção do homem, ou seja, a cultura. Portanto abrange seu pensamento diante da necessidade de emancipação dos oprimidos apontando objetivamente o campo da cultura enquanto uma possibilidade da noção de hegemonia apresentada por Gramsci.

Nos é apontado que nesta relação entre marxismo e cultura – mesmo com todas as tensões existentes entre ambas – o materialismo cultural avança no sentido de dar forma às condições de subversão dos interesses dominantes veiculados no âmbito da cultura. Apontam-se três formas de estruturação de significados e valores: a dominante, a emergente e a residual, todas essas em constante interação. Recai sobre esta organização o entendimento não linear de base/superestrutura, mas repousa também nessa incorporação do campo da cultura uma extrapolação dos limites sobre essa relação. Nesse caso a autora não poupa críticas ao denominado pós-marxismo, notadamente ao americano, que no conjunto das apropriações do modo de produção opta por afastamento sistemático das práticas cotidianas, algo muito caro às origens dos estudos culturais.

Avançando em seus apontamentos, na oitava lição a autora analisa o campo de interação entre os estudos literários e os estudos culturais nos dizendo os avanços e os retrocessos existentes nessa relação, principalmente sob ordem do *materialismo cultural* e as contribuições deixadas por essa nova forma de se entender o processo cultural, apropriado pela voracidade da indústria e compreendido enquanto meios de produção.

De forma contemporânea, a autora nos coloca diante dos desafios dos estudos culturais frente à padronização da cultura e a própria apropriação da disciplina pelo mercado. Nos diz ela, que mais do que nunca os apontamentos da primeira geração dos estudos culturais traduzem as necessidades de compreensão da cultura enquanto processo e não enquanto um bem naturalizado e inerte como pregam os neoliberais de hoje com o fim da história, ou podemos dizer com o fim da criação humana em sua totalidade.

Finalizando, após todos estes apontamentos e toda essa contextualização sobre a localização histórica dos estudos culturais demonstra-se como, no Brasil, essa disciplina enraizou-se por um processo semelhante ao inglês. Fruto de uma mesma conjuntura, a burocratização do socialismo real. Os estudos culturais no Brasil buscam dialogar com uma realidade definida pela colonização tardia de nossa sociedade mas igualmente capitulada pela voracidade da ordem econômica mundial. Nesse aspecto se organizam em torno da Universidade de São Paulo grupos de estudantes preocupados em dar forma a essas contradições através de movimentos literários, ou seja, a realidade em uma análise marxista explicada diante da necessidade de letramento de uma sociedade extremamente estratificada como a nossa. Assim como nos diz a autora, os ensinamentos de Williams fundados no Brasil por uma casualidade da realidade concreta só encontrariam vozes diante uma outra forma de se conceber essa realidade.

---

<sup>1</sup> NEEPHI / UNIRIO